

O golpe bolsonarista, capítulo 1

Ainda falta descobrir muito de quem fez parte da armação, a financiou ou foi conivente

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. E esteve em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro prometeu ou estimulou o golpe em público, por muitas vezes, com mais frequência e de modo ainda mais explícito a partir de 2021, quando sua impopularidade decolou. Em comícios e "lives", dizia que não haveria eleição em 2022 e não ser que o voto fosse impresso, "audível", ou de algum modo da sua vontade. Dizia que não obedeceria a decisões do STF etc. A dúvida era a respeito de como seria a armação do golpe.

Um indicio do modus operandi foi descoberto, em janeiro de 2022, da "minuta" que o golpe na casa de Anderson

Torres, que foi ministro da Justiça de Bolsonaro. A prisão do tenente coronel Mauro Cid suscitou vicissitudes íntimas, mas fragmentários, de evidências. Cid, foladário e mambembreiro, era lucido de Bolsonaro e comandava uma quadrilha de militares no Planalto.

Não decidiu que autorizava o batido da Polícia Federal contra bolsonaristas, Alexandre de Moraes resumiu o que haveria de pistas e provas da armação do golpe, ao menos depois de meados de 2022. E muito e pouco.

Antes de tudo, naquele que tudo ali é "puro caso" de bol-

sonarismo. As conversas têm muito de ignorar e lundático, como aquelas sobre fraudes eleitorais, mas quantos alguns parecem acreditar. São vazadas no linguajar colajeste, iletrado e violento de bolsonarismo.

Tudo parece improvisado, tosco, desinteligente. Quase não é difícil acreditar que alguns daquelas pessoas ou agregados delas rezassem pa-

ditadura militar de 1964-1985. Um tipo como Bolsonaro chegou a presidente e não foi deposto por impeachment. Uma parceria de brucutu militar com ferreiros das cavernas civis pode tentar a tirania de novo. Aroação da parte melhor da elite brasileira, em agosto de 2022, ainda que tardia, ajudou a conter ânimos golpistas na cúpula militar. Foi por pouco, com tesqueira, com tudo.

Agora, com a operação da PF, há prova de que se discutia o golpe em reunião de governo, numa das quais Augustus de Biele, deserra do general, não, pregava a antecipação do

golpe e explicitava o esquema de espionagem que comandava (infiltração em partidos). Bolsonaro exigiu o aumento da propaganda de desinformação ("guerra psicológica") e editava a redação de um "A-B" (Atto Institucional do Bolsonaro, a "minuta do golpe").

Oficiais superiores do Exército, de maior a general, debati-

ram promovidos e nomeados para postos importantes, "boconarico"? Os comandantes que iam abafar o caso ou tentavam eles mesmos serem derrubados, presos ou mortos?

Grupos a Cid, temas a fimagem de reunião preparatória do golpe, com Bolsonaro e assessores maiores. Quantas mais horas?

Com quem? De onde vinha o dinheiro, como uns R\$ 100 mil que financiaram comício golpista?

Há golpismo nas Forças Armadas, está mais evidente. Cid e colegas estudaram "intervenção militar" (golpe) na escola de pós-graduação do Exército. Parte da elite, rico, apoiava ou financiava o golpe ou era conivente, omissa, em defesa do "liberalismo" (não pagar imposto, arrancar o couro do povo e o resto que se dane). Parte do Congresso crítico e menesprezo e operação da PF.

E preciso ir mais a fundo, pois, sem anistia. O golpismo não acabou, como se as pistas estavam para ser ou fo-

Suspensão de multa da J&F preocupa fundos

Parte dos recursos ajudaria a equilibrar planos deficitários de pensionistas da Petrobras e da Caixa Econômica Federal

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Determinada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffi, a suspensão de multa de R\$ 12 bilhões aplicada contra o grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista é motivo de preocupação para pensionistas da Petrobras e da Caixa Econômica Federal.

Parte desse valor seria destinada aos fundos de pensão Petros e Funcef, como ressarcimento de perdas com investimentos deficitários nos negócios dos irmãos Batista. É considerando fundamental para equilibrar as finanças de planos deficitários das fundações.

Perdas com investimentos feitos sob influência política em governos petistas provocaram uma série de programas de equacionamento em planos de pensão estatais. Nesses programas, beneficiários e as empresas patrocinadoras são chamadas a dar contribuições adicionais para cobrir déficit.

As fundações Petros e Funcef dizem que vêm acompanhando a situação e adotando as medidas judiciais cabíveis para proteger o interesse de seus participantes, já com pesados descontos em seus vencimentos.

"Para nós, é muito ruim, porque são recursos importantes para buscar o equilíbrio atuarial e a sustentabili-

dade dos planos", diz o diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, Radovaldo Costa, que participa do conselho deliberativo da Petrobras.

A parcela da fundação na multa seria alocada em dois planos mais antigos, justamente os mais deficitários, que têm cerca de 55 mil participantes.

A perda no poder de compra foi alto, durante o ano de 2023, de protestos de aposentados da Petrobras que iriam ter que cobrir novo déficit do ano anterior, de R\$ 1,2 bilhão, o que acabou não ocorrendo. Em abril, eles já haviam sido penalizados com desconto referente ao déficit de 2022.

Em alguns casos, o desconto acumulado supera os 30% do vencimento mensal, segundo

aposentados ouvidos pela Folha. Participantes de planos mais antigos da Petrobras já pagam contribuições extras para cobrir déficits registrados desde 2015.

Em nota, a Petrobras afirmou que "vem adotando todas as medidas judiciais e administrativas cabíveis, acompanhando de perto o tema junto aos seus advogados e instâncias jurídicas, de forma a garantir os direitos da fundação e de seus participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas)".

A Funcef disse que "permanece em constante diligência perante os órgãos públicos e demais entidades envolvidas, para que o compromisso celebrado seja mantido e,

nessa forma, não haja prejuízo aos participantes da fundação e demais beneficiários do acordo".

Fundação afirmou ainda que "reitera o entendimento acerca da lisura e legalidade do acordo homologado pelo Poder Judiciário (com a J&F)".

"A Funcef está tomando todas as medidas judiciais e administrativas cabíveis, de forma a não prejudicar os milhares de participantes que têm o benefício pago pela fundação como importante fonte de recursos para o sustento próprio e de suas famílias".

Na quarta-feira (7), procurador-geral da República, Paulo Gonet, recorreu contra a decisão liminar de Toffi, defendendo que o recurso seja

redistribuído pelo magistrado a um colega ou, se ele assim não entender, que reveja seu posicionamento. Caso mantenha o decidido, Gonet pede que submeta a contraversão ao plenário do tribunal, composto de 11 integrantes.

O acordo de leniência foi celebrado em 2017 entre a empresa e a Procuradoria da República do Distrito Federal. Aquele acordo foi homologado pela 1ª Vara Federal Criminal do DF.

A determinação que beneficiaria J&F é de dezembro de 2023. Nela, o ministro também autorizou o grupo empresarial liderado pelos Batistas a ter acesso à integral das mensagens da Operação Spoofing, que tem conversas entre procuradores da Lava Jato.



Fábrica da Eldorado em Três Lagoas (Mato Grosso do Sul); controle é disputado entre J&F e Paper Excellence

Procurador quer que Tribunal de Contas acompanhe venda da Eldorado Celulose

Alex Sabino

SÃO PAULO O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União agora quer a corte acompanhe a disputa entre J&F e Paper Excellence pelo controle da Eldorado Celulose.

Em representação de segunda-feira (5), o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado pediu que o TCU adote "medidas de sua competência" necessárias para se certificar que o embate entre as

duas empresas não cause danos aos cofres públicos.

Furtado argumenta que a transação (ou sua anulação) pode causar a suspensão "supostamente indevida" da multa de leniência de R\$ 12,3 bilhões aplicada a holding dos irmãos Joesley e Wesley Batista.

Eles fizeram acordo de leniência premiada em 2017 em troca de que fariam parte de esquema de pagamento de propinas e repasses de recursos a políticos de diferentes partidos.

Desde 2018, J&F e Paper brigam na Justiça pela Eldorado. A empresa de origem canadense e de propriedade do indonês Jackson Wijaya fechou acordo com os Batistas para comprar, em 2017, a Eldorado, por R\$ 15 bilhões. J&F alega que a Paper não cumpriu o que determinava o contrato e se nega a transferir 15,5% das ações para o rival, o que daria 100% da multinacional afirma que a companhia brasileira fez de tudo para impedir a concretização da venda e, por isso, entrou na Justiça. O caso se arrasta há seis anos.

A legalidade da negociação também é alvo de contestação por causa da lei de terras e das restrições de propriedade por empresas estrangeiras.

Processos administrativos da AGU (Advocacia Geral da União), Inera (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ação popular no TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e, agora, ação pública manifestação do

MFF (Ministério Público Federal) dizem que o contrato infringe a lei.

Para a J&F, são dez decisões diferentes que recomendariam a nulidade do negócio.

A Paper afirma que "não há qualquer manifestação da AGU, do MPF ou mesmo do Inera declarando a nulidade do contrato de compra e venda de ações da Eldorado Celulose, até mesmo porque trata-se de um negócio privado".

Na última semana, o ministro Dias Toffi, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu a multa de leniência. O subprocurador do MP usa, em seu pedido, a palavra "aparentemente" para falar sobre a possibilidade de o magistrado ter sido induzido ao erro em sua decisão.

A questão, segundo a representação, é se a versão da holding de que vendeu a Eldorado apenas para conseguir financiar o pagamento da multa da leniência é verdadeira. O argumento foi usado pelo diretor jurídico da J&F, Francisco de Assis e Silva.

Segundo reportagem da revista Piauí, em seu depoimento a arbitragem instalada para resolver a questão sobre a venda da Eldorado, Joesley teria negado ter aceitado a venda apenas por causa dos R\$ 12,3 bilhões a serem pagos.

A se confirmarem os fatos, a decisão do Judiciário estaria pautada em fatos incongruentes e qual indiretamente ocasionará dano ao erário, haja vista o não recebimento de recursos que deveriam ser pagos pela J&F ao BNDES, à CEF (Caixa Econômica Federal) e à União para o FGFTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); escreve o subprocurador para justificar que o TCU acompanhe o caso.

Ele afirma que BNDES, Caixa, Funcef (fundo de pensão dos funcionários do banco) e Previ (fundo de pensão dos aposentados da Petrobras) com a suspensão da multa, não vão receber R\$ 1,75 bilhão cada, a União ficaria a ver novos em R\$ 1 bilhão e o FGTS, em R\$ 500 milhões.

A Folha tentou falar com o subprocurador Lucas Rocha Furtado, mas não conseguiu contato. A J&F não se manifestou.

Entre as diferentes frentes na disputa pela Eldorado, a questão das terras ganhou relevância a partir do momento em que o Inera divulgou nota técnica dizendo que o controle da companhia de celulose por uma empresa estrangeira desrespeita a lei.

Antes disso, ação popular no TRF-4 sobre o mesmo tema já havia impedido a transferência das ações. A liminar foi pedida pelo procurador regional Fábio Nesi Venunzo. O Ministério Público Federal se manifestou recomendando que o processo retornasse à primeira instância.

Há também ação civil pública que tramita em Três Lagoas, cidade de Mato Grosso do Sul onde está sediada a Eldorado.

Depois de duas manifestações da Procuradoria da República do estado de que a transferência acionária não estaria de acordo com a legislação, na terça-feira (6), o Ministério Público Federal apresentou réplica afirmando que a venda, sem autorização do Congresso Nacional, "coloca em risco a soberania e segurança econômica do país".

Não âmbito da AGU e do Inera, há duas notas e dois despachos que afirmam que a negociação não é legal.